



*Intervenção de Giorgio Agamben no segundo, e penúltimo, ato do seminário "nômade" Metropoli/Multitudine, realizado em 11 de novembro de 2006, na IUAV, em Veneza, com o tema "Novos conflitos sociais na metrópole".*

VERBETE

## *Metropolis* Giorgio Agamben

Muitos anos atrás, eu discutia com Guy Debord questões que a mim pareciam ser de filosofia política, até que em certo ponto Guy me interrompe e diz: 'Olhe, eu não sou um filósofo, sou um estrategista'. Esta frase me chocou porque eu o considerava um filósofo, assim como considerava a mim mesmo um filósofo, e não um estrategista. Mas creio que aquilo que Guy queria dizer é que todo pensamento, por mais puro, por mais geral e por mais abstrato que seja, é sempre marcado por assinaturas históricas, temporais e, portanto, sempre preso, de alguma maneira, a uma estratégia e a uma urgência. Fiz esta introdução porque as minhas considerações serão necessariamente gerais e não entrarão no tema específico dos conflitos. No entanto, espero que estas considerações gerais carreguem de algum modo uma assinatura de uma estratégia.

Gostaria de iniciar a partir de algumas considerações banais sobre a etimologia da palavra *metrópole*. Como vocês sabem o termo *metrópole* significa em grego "Cidade Mãe", e se refere à relação entre a cidade e as colônias. Os cidadãos de uma *polis* que partiam para fundar uma colônia eram chamados por um curioso termo: *en apoikia*, distantes de casa e da cidade - esta que em face da colônia assumia agora o caráter de Cidade Mãe, *Metrópole*. Como sabem,

esse significado do termo permaneceu corrente até nossos dias para exprimir a relação entre o território da pátria metropolitana e as colônias. A primeira observação instrutiva, que me sugere essa etimologia, é que o termo *metrópole* implica e traz consigo a idéia de um deslocamento, de uma forte heterogeneidade espacial e política, como a que define a relação entre cidade - ou o estado - e as colônias. E a partir disso me vêm algumas dúvidas sobre a idéia corrente da *metrópole* como um tecido urbano, contínuo e relativamente homogêneo. Uma primeira consideração é que a isonomia (que define, por exemplo, a *polis* grega como modelo de uma cidade política) é excluída no caso da relação *metrópole/colônia* e que, portanto, o termo *metrópole* transferido para desenhar um tecido urbano carrega consigo essa heterogeneidade fundamental. Assim, proponho-me a reservar o termo *metrópole* a algo substancialmente outro em relação à cidade, à concepção tradicional da *polis*, isto é, de algo política e espacialmente isonômico. Sugiro reservar esse nome, *metrópole*, ao novo tecido urbano que se funda paralelamente aos processos de transformação que Michel Foucault definiu como passagem do poder territorial, do *ancien régime*, da antiga soberania, ao biopoder moderno, que é, na sua essência, segundo Foucault, governamental.

Isso significa que para entender o que é uma metrópole é necessário compreender o processo que progressivamente levou o poder a assumir a forma de um governo dos homens e das coisas, ou, se vocês preferirem, de uma economia. A palavra economia não significa nada mais que governo, o que claramente se mostra no século XVIII: o governo dos homens e das coisas. A cidade do sistema feudal do *ancien régime*, que estava sempre em situação de exceção em relação aos grandes poderes territoriais, era o modelo da cidade franca, relativamente autônoma dos poderes de governo das grandes entidades territoriais. Por outro lado, diria então que a metrópole é o dispositivo, ou o conjunto de dispositivos, que toma o lugar da cidade quando o poder assume a forma de um governo dos homens e das coisas.

Não podemos adentrar na complexidade da transformação do poder em governo. Como é óbvio, governo não significa simplesmente domínio e violência, mas sim uma configuração muito mais complexa do poder que pretende passar através da própria natureza dos governados e que, portanto, implica a liberdade destes. É um poder que não é transcendente, mas imanente e, por isso, no fundo, seu caráter essencial é sempre de ser, nas suas manifestações mais específicas, efeito colateral, algo que recai num particular a partir de uma economia geral. Quando os estrategistas norte-americanos falam de *collateral damages*, efeitos colaterais, de seus bombardeios, como, por exemplo, aqueles das cidades iraquianas, devem ser compreendidos literalmente: o governo tem sempre esse esquema de uma economia geral com efeitos colaterais sobre as particularidades, sobre os sujeitos.

Voltemos agora à metrópole. A minha idéia é que aqui não se está diante de um processo de crescimento e desenvolvimento da antiga cidade, mas da instauração de um novo paradigma, cujo caráter deve ser analisado. Certamente um dos seus traços evidentes é que há uma passagem do modelo da *polis* fundada sobre um centro, no qual há um espaço público, uma *ágora*, a uma nova espacialização metropolitana na qual certamente está ocorrendo um processo de “des-politização”, cujo resultado é uma

curiosa zona na qual não é possível decidir o que é privado e o que é público.

Michel Foucault tentou definir algumas características essenciais desse novo espaço urbano ligado à governabilidade. Segundo Foucault, há aqui a convergência de dois paradigmas que até então permaneciam distintos: a lepra e a peste. O paradigma da lepra é, claro, a exclusão, e tratava-se de “colocar fora”, de excluir da cidade os leprosos. É o modelo de uma cidade pura, que mantém fora de si os estranhos; e também o modelo do que Foucault chama de *grand enfermement*, isto é, o “grande fechamento”, o “grande aprisionamento”; portanto, fechar e excluir. Tal é o modelo da lepra. Foucault sugere que o modelo da peste é completamente diverso e dá lugar a um paradigma totalmente diferente. Quando a epidemia se instaura na cidade é evidente que não é possível “colocar fora” os pestilentos. Tratar-se-á, ao contrário, de criar pela primeira vez um modelo de vigilância, controle e articulação do espaço urbano, o qual é dividido em setores e, no interior destes, cada rua é tornada autônoma e colocada sob a vigilância de um intendente; ninguém pode sair de casa e, mesmo assim, todos os dias os habitantes de cada casa são controlados: quantos são, se ainda estão lá, quem morreu e quem não etc. Em suma, um *quadrillage* do território urbano vigiado pelos intendentes, médicos e soldados. Enquanto o leproso era tomado por uma prática de rejeição e exclusão, o pestilento é enclausurado, vigiado, controlado e assistido através de uma complexa rede de dispositivos que dividem e individualizam e que, desse modo, articulam também a eficácia do controle do poder.

Isso significa que, enquanto a lepra é o paradigma de uma sociedade de exclusão, que pretende manter-se pura, a peste é o paradigma do que Foucault chama de técnicas disciplinares, a formação das tecnologias que levarão à passagem de uma sociedade do *ancien régime* a uma sociedade disciplinar. Segundo Foucault, o interessante é que o espaço político da modernidade, a partir do século XVIII até hoje, é resultado da fusão desses dois paradigmas. Isto é, em certo ponto o poder começa a tratar o leproso como um pestilento, e vice-versa. Começa-se a projetar sobre o esquema de exclusão e de separação da lepra

o esquema de vigilância, controle, individualização e articulação do poder disciplinar. Trata-se agora de individualizar, subjetivar e corrigir o leproso tratando-o como um pestilento. Desse modo cria-se um duplo esquema: de um lado a simples divisão binária, como por exemplo, doente/sadio, louco/não-louco, normal/anormal e, de outro lado, ao contrário, toda a complicada série de repartições diferenciais de dispositivos e de tecnologias que subjetivam, individualizam e controlam os sujeitos. Esse é um primeiro esquema que poderia ser útil para a definição geral e sumária do espaço metropolitano hoje. E isso me parece que também explica estas coisas muito interessantes sobre as quais falavam agora [os outros participantes do seminário] – a impossibilidade de definir univocamente os confins, os muros, a espacialização, justamente porque estes são o resultado da ação de um duplo paradigma: não mais simples divisão binária, mas projeção de uma complexa série de procedimentos e de tecnologias individualizantes e articuladoras sobre essa divisão.

Lembro dos fatos de Gênova em 2001, os quais me pareciam experiências para tratar o centro histórico de uma cidade velha (que ainda conservava a sua estrutura arquitetônica antiga) e ver se nesse centro poderiam ser repentinamente criados muros, portões etc, que não tinham apenas a finalidade de excluir e separar, mas articular espaços diversos, de individualizar espaços e sujeitos.

A análise, da qual Foucault deu apenas alguns acenos, naturalmente é sumária e poderia ser ulteriormente desenvolvida e aprofundada. Eu agora, ao contrário, gostaria de terminar e me concentrar sobre um outro ponto. Disse que a cidade é um dispositivo, ou um grupo de dispositivos. A teoria a que lhes remeti anteriormente era a idéia, muito sumária, segundo a qual se pode dividir a realidade em, de uma parte, os homens (os vivos, os seres humanos) e, de outra, os dispositivos nos quais os vivos são continuamente capturados e presos. No entanto, como terceiro, o ponto fundamental para definir o que é um dispositivo, creio que também segundo Foucault, são os processos de subjetivação que resultam do corpo-a-corpo dos indivíduos e dos dispositivos. Chamarei, portanto, sujeito o que resulta do corpo-a-corpo, da

relação entre os homens e os dispositivos. Não há dispositivo sem processo de subjetivação e para que se possa falar de um dispositivo deve haver um processo de subjetivação. Naturalmente sujeito tem dois significados: de uma parte, é o que leva um indivíduo a ligar-se e a assumir uma individualidade, uma singularidade; mas significa também, de outra parte, *sujeitamento* a um poder externo. Não há processo de subjetivação que não tenha estes dois aspectos (de um lado, assunção de uma individualidade e de uma subjetividade, de outro, sujeitamento a um poder externo). A consciência dessa relação é exatamente o que freqüentemente falta. Aos movimentos falta justamente essa consciência de que toda assunção de uma identidade também é sempre um *sujeitamento*.

Naturalmente talvez também seja algo complicado o fato de que os dispositivos modernos não implicam apenas uma criação de uma subjetividade, mas também freqüentemente, e na mesma medida, processos de *dessubjetivação*. Toda subjetivação é também hoje uma *dessubjetivação*. Talvez isso sempre tenha sido assim e em todo dispositivo desde sempre haveriam estes dois aspectos. Pensem na confissão, que formou a subjetividade ocidental (o grande instituto da confissão dos pecados ou da confissão judiciária, que ainda vivenciamos hoje): implicava sempre, juntamente com a criação de um novo sujeito, a negação de um sujeito. Na figura do confesso e do arrependido é claríssima a idéia de que a assunção de uma nova subjetividade se dá juntamente com um ato de *dessubjetivação*.

Hoje os dispositivos são sempre mais *dessubjetivantes*, portanto é sempre mais difícil analisar e individualizar os processos de subjetivação que se criam. No entanto, a metrópole pode ser vista como um imenso lugar onde está acontecendo um grande processo de criação de subjetividade, do qual creio que não sabemos o bastante. Quando digo que precisamos tentar conhecer esses processos de subjetivação, não me refiro apenas a análises, ainda que muito importantes, sobre a natureza sociológica, econômica e social desses processos, mas me refiro, por assim dizer, a um nível quase ontológico, no qual se coloca

em questão “spinosianamente” a capacidade de agir dos sujeitos. Isto é, o que nos processos em que o sujeito se liga a uma identidade subjetiva leva a uma modificação, a um aumento ou a uma diminuição da sua capacidade de agir. Parece-me que essa consciência está hoje muito carente e que talvez seja isso que torne os conflitos metropolitanos aos quais assistimos hoje tão opacos.

Parece-me que um verdadeiro confronto com os dispositivos metropolitanos será possível somente quando penetrarmos nos processos de subjetivação, que naqueles estão implicados, de um modo mais articulado e mais profundo. Isso, porque creio que o êxito dos conflitos dependerá exatamente disso: da capacidade de intervir e agir sobre os processos de subjetivação, justamente para atingir o ponto que eu chamaria de “ingovernabilidade”. O ingovernável sobre o qual pode fracassar o poder na sua figura de governo; e este ingovernável é também para mim o início e o ponto de fuga de toda política.

*Tradução livre, a partir de uma gravação de áudio, de Vinícius Honesko*



## VERBETE

### INTRUSOS (II)

Talvez aquilo que comumente chamamos de “próprio”, “individual”, não seja nada mais que a cega obstinação do intruso. Obstinação no *estabelecimento* de um poder de ser, de *propriedade: uma prótese de essência*. Porém, este frágil e mitômano intruso, aquilo que os psicanalistas captarão como o ego, é um Prometeu desde sempre fadado ao insucesso. Se há uma propriedade do ser, uma “singularidade”, esta só se manifesta em um “substrato” de impropriedade, de alheamento, dispersão, de extravio. “Ser” é

apenas assumir esta impropriedade com um *próprio*. Inessencialidade que não perde seu “não-caráter” de vagueza: expõe-se como mero estilo, *manerie*. Como dirá um sábio numa tonalidade quase zen “não um ser que é deste modo ou de outro, mas um ser que é o seu modo de ser”.

\*\*\*

Mas, mesmo sendo a intrusão uma tentativa tosca de sutura do caos primordial e louco do mundo extenso irremediável, delimitação sedentária de tocas obscuras para o abrigar-se da covardia, anomalia frente ao devir ininterrupto e renovador do ser, ela, no parque temático da administração total forjada como forma de vida única no presente, tornou-se a regra suprema, o dever inabalável: Seja! Faça! Torne-se! Construímos aquários nos longínquos do oceano. Tornamos presas fáceis, dóceis, domesticadas, dos poderes que, até isso!, já interiorizamos e corporificamos. Tal configuração (a despeito da abissal contingência que nos lançou até aqui) faz com que seja cada vez mais arriscada a opção do nomadismo. Amiúde o viajante correrá riscos efetivos (e não metafóricos) de ver a provisória tenda destruída e sua vida exterminada pelo mais banal dos indivíduos em qualquer esquina. Os dispositivos de controle prescindem hoje de aparatos solenes, institucionalizados. Qualquer cretino fará o trabalho sujo. Não precisará ser persuadido nem mesmo receber recompensas para isto.

Bastaria uma pequena olhadela pelo satélite: o terreno do mundo, no sentido literal do termo, está sitiado. Em seu lugar: terrenos domésticos e sedentarização. Espera-se a morte na plácida calma do minifúndio. Porém, há os deslocados, os sedentários sem casa, os Ulisses na busca por suas Ítacas. Os nômades, por seu turno, repudiam casas e Ítacas por chegar. Querem é andar por entre os lotes e escombros, arrebentar e pular cercas, embaralhar demarcações, dormir a céu aberto. Nem senhores, nem exilados Ulisses. São os raros.

*Jonnefer Barbosa*